

ATA 08

OITAVA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA

(ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE TONDELA E NANDUFE)

27 de abril de 2023

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas 21.30 horas, nesta localidade e nas instalações da sede da antiga Junta de Freguesia de Nandufe, reuniu a Assembleia de União das Freguesias de Tondela e Nandufe, que à hora marcada e havendo quórum deu início à Assembleia.

A presidente da assembleia começou por solicitar a aprovação de um aditamento à ordem de trabalhos, com a introdução de um ponto no período da ordem do dia, imediatamente antes do último ponto, que seria o da aprovação em assembleia de freguesia do contrato interadministrativo relativo ao projeto "Saúde em Dia", o qual foi aprovado.

Antes do início do período antes da ordem do dia, a presidente da Assembleia solicitou que no final da assembleia, os membros da mesma presentes se deslocassem junto a si para assinar as folhas de presença, para não haver problemas no processamento dos pagamentos.-----

I- Período antes da ordem do dia:

1- Leitura e votação da ata da sessão anterior -----

Depois de lida, a presidente da assembleia Mirian Gouveia colocou a ata a votação. O membro do PSD José Fernando e o membro do PS Simone Cabrito abstiveram-se, por não terem estado presentes na assembleia anterior, votando os restantes membros a favor.

2- Intervenções

A presidente da assembleia questionou se alguém teria alguma intervenção a fazer, e, não havendo, a própria leu a sua intervenção relativa a um assunto trazido na última assembleia, que se encontra anexa a esta ata. Após a leitura, o membro do público Paulo Fernandes pediu para falar, ao que Mirian Gouveia respondeu dizendo que o teria que fazer no período de intervenção do público.

II- Ordem do dia

1- Apreciação das atividades da Junta de Freguesia, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

A presidente da assembleia começou por dizer que os documentos haviam sido enviados a todos os membros, questionando se haveria alguma intervenção, reparo ou questão a colocar. O membro Carlos Ribeiro questionou se poderia fazer um comentário relativo ao que havia sido dito pela senhora presidente no ponto anterior, ao que esta respondeu que poderia ser feito na parte seis, "outros assuntos".

A presidente da assembleia deu então a palavra ao presidente da união de freguesias, Pedro Neves, que começou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, passando a enunciar as atividades da junta de freguesia: colocação de duas tampas de cimento para águas pluviais na Rua Lucas Seabra, junto à Urbanização Quinta da Insuã, que nessa mesma altura registou uma intervenção na estrada; chumbo no chão de um poste com placa de aproximação de estrada com prioridade na Rua da Capela com Rua de São Silvestre, na Ermida; construção de vedação do baldio em Nandufe, com cerca de oitocentos metros, onde se fazem os despejos das terras e ervas das valetas; colocação de espelho à saída do túnel, na rua paralela ao IP3, zona com fraca visibilidade; retirada da bomba do poço que enche os lagos e fonte que rega a relva em Nandufe; poda das árvores do Jardim da Alicinha e na sede da antiga junta de freguesia de Nandufe; sepração de lenhos e ramadas no Outeiro; arranjo do beco de São Silvestre (Ermida), com *tout-venant*, em cerca de cem metros de comprimento, devido às queixas de um habitante do fim da dita rua que já se havia queixado em anos anteriores e agora havia sido resolvida a questão; arranjo da rua do Castelo, com *tout-venant*; poda de árvores na Associação do Carvalhal, e no centro da Ermida, junto à capela e junto à associação; reincidência na limpeza do caminho florestal que vai até ao terreno do senhor Fausto; abertura de buracos e valas para colocar os tubos novos que transportam a água para o Outeiro, cemitério e chafariz principal de Nandufe, tendo-se conseguido resolver o problema antigo das fugas de água que, à data, estavam controladas; lavagem do depósito dessa mesma água; abertura de valeta com trinta metros de comprimento na Rua dos Caseiros, Ermida, para reduzir as águas de entrada para duas casas, tendo o problema ficado resolvido; abertura de uma valeta em cimento na Rua do Castelo, com o auxílio de uma máquina do Município; aplicação de mais um espelho que liga a rua da Fontanheira à rua de São João, em Nandufe; limpeza do chafariz e tanques no Soito, junto à Associação da Ermida, bem como a fonte Fura e a fonte de São Cornélio; limpeza da rua Doutor Lucas Seabra, pela Páscoa, para posteriormente aí se deslocar uma motoniveladora para arranjar valeta e bermas; limpeza de todas as ruas das Sernadas, que, não sendo competência da Junta de Freguesia, assim foi pedido e acedido; intervenção na Rua da Viscondessa, Alto Pendão, para passagem posterior de motoniveladora; limpeza de mimosal no Carvalhal, em rua paralela à IP3; projeto "Saúde em Dia", com bastante aceitação por parte da população, yoga e ginástica. O membro da assembleia Vítor Figueiredo esclareceu que, sendo uma dúvida surgida em assembleias anteriores, o projeto consta de dois dias de educação física e um de yoga em Nandufe e um dia de yoga e um dia de educação física em Tondela, semanalmente, conforme aprovação das candidaturas feitas. Pedro Neves afirmou ainda que existe uma turma de catorze pessoas inscritas na hidroginástica. Por fim, declarou que a junta no período referido emitiu trezentos e catorze atestados emitidos, trinta e duas licenças de canídeos, dezasseis cedências do pavilhão multiusos de Nandufe, sessenta e cinco cedências de carrinhas a coletividades e vinte e quatro cedências de salas para reuniões e ações de formação.

A presidente da assembleia Mirian Gouveia questionou se haveria alguma questão a colocar relativamente às atividades. O membro da assembleia Carlos Ribeiro disse que havia, mas

relativa a outro ponto anterior, ao que Mirian respondeu que falariam no ponto seis, outros de assuntos de interesse para a freguesia.



2- Apreciação, discussão e votação da conta de gerência de 2022;

A presidente da assembleia Mirian Gouveia referiu que estes documentos foram enviados a todos os membros, questionando os membros se haveria alguma pergunta a fazer sobre o assunto. O membro Carlos Ribeiro disse que havia reparado num aumento com o pessoal em termos de orçamento, ao que Mirian respondeu que este ponto seria a aprovação da conta e não da alteração, que seria num ponto posterior, o ponto três. A conta de gerência foi colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção do grupo parlamentar do PS. Mirian Gouveia referiu que esta aprovação teria que ficar registada em minuta devido à apresentação junto do Tribunal de Contas.

3- Apreciação, discussão e votação da Primeira Alteração Modificativa ao Orçamento e PPI de 2023;

Mirian Gouveia começou por dar a palavra a Carlos Ribeiro, que expôs a sua observação, dizendo que havia notado um aumento na parte do pessoal, questionando se haveria mais funcionários. O presidente Pedro Neves respondeu afirmativamente, ainda que sem grandes custos para a união de freguesias, representado por um indivíduo por intermédio da ASSOL, acrescentando que teria havido aumentos de vencimentos, refletindo-se isso no orçamento. Mirian Gouveia deu a palavra à contabilista da união de freguesias, Ana Coimbra, que reiterou que o aumento registado foi de mil euros, relativo ao crescimento nos vencimentos, previsível. Carlos Ribeiro justificou a sua questão como, tendo estado no anterior executivo, que uma das bandeiras do grupo parlamentar da oposição nessa altura seriam os custos exagerados com pessoal, ao que Mirian Gouveia respondeu que, não sendo os atuais no executivo, não poderiam responder a isso. Pedro Neves referiu que, no atual executivo, os salários foram atualizados mais superiormente do que no anterior executivo. Carlos Ribeiro mencionou que de facto a união de freguesias tem bastante expediente e trabalho exterior para ser feito, e que agora o atual executivo do PSD está a reforçar essa questão.

Este ponto foi colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com abstenção do grupo parlamentar do PS. ---

4- Apreciação do Inventário e Cadastro Patrimonial;

A presidente da assembleia afirmou que os documentos relativos a este ponto foram enviados por email. Perguntou se havia alguma questão, e não havendo, foi colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com abstenção do grupo parlamentar do PS.

5- Aprovação do contrato Interadministrativo relativo ao projeto “Saúde em Dia”;
A presidente da assembleia Mirian Gouveia questionou se seria necessário algum tempo para os membros da assembleia analisarem o contrato. O contrato foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

6- Outros assuntos de interesse para a freguesia;
Mirian Gouveia deu a palavra a Carlos Ribeiro, que relativamente à intervenção da presidente da assembleia no período antes da ordem do dia, ponto dois, não tem notado o desrespeito mencionado. Afirmou que na associação do Carvalhal as condições acústicas não eram as melhores e que, sobre o estar a falar em surdina, tal devia-se ao diálogo que teria que ter com os seus colegas de bancada. Acrescentou que teria que haver um certo cuidado quando se dirige aos intervenientes na assembleia, e que formas ríspidas levam a respostas ríspidas, registando a sua crítica pessoal. Terminou a sua intervenção dizendo que o seu grupo, como oposição, e a sua experiência enquanto membro do antigo executivo, respeita muito a assembleia, não se escondendo atrás de informalidades e decretos, mencionando um episódio em que membros do PSD no anterior mandato abandonaram a assembleia., dizendo que a sua base é fiscalizar a ação do executivo.

O membro Simone Cabrito abordou o facto de em Nandufe não existir casa mortuária, e que, sendo uma localidade com população muito envelhecida, tem havido algumas mortes. Sendo o velório opcional, Nandufe não tem essa opção, dizendo que tal não acontece porque a diocese não permite. O membro do executivo Sandra Almeida interveio dizendo que, cerca de quinze dias antes, uma tia sua havia sido velada na casa mortuária, antes da missa de corpo presente. Simone Cabrito disse que, havendo o espaço para o efeito, tal poderia ser proporcionado à comunidade, para quem assim o desejar, devendo a junta investigar essa possibilidade. A presidente da assembleia Mirian Gouveia interveio dizendo que tais acontecimentos carecem de regras, e que, dando o exemplo particular de Tondela, já haviam chegado queixas à junta de freguesia do mesmo foro, e que tais decisões derivam do próprio pároco, pois no caso em questão, o próprio havia deixado de realizar cortejo fúnebre da igreja até ao cemitério, e que os membros da junta já o haviam tentado interpeiar e ele manteve-se firme nessa decisão. Simone Cabrito afirmou que, no caso de Nandufe, tendo já falado com ele, teria a ver com a decisão da Igreja da utilização dos espaços próprios, e não dele. Mirian Gouveia afirmou que, neste momento, passado o período da pandemia, já não haveria desculpas para não se realizarem este tipo de eventos, e que a junta iria dar seguimento no que lhe fosse permitido para reverter essa situação. Mirian prosseguiu, relatando que, relativamente à intervenção feita por Carlos Ribeiro, que, da sua parte enquanto presidente da assembleia, desde o início houve sempre uma tentativa de trabalho em conjunto, com o objetivo de fazer o melhor pelos fregueses. Deu o exemplo do regimento, tópico tratado no início do mandato do atual executivo, em que o havia enviado a todos os membros sem ninguém o ter pedido. Realçou que os limites que tolera nas assembleias, derivam do feedback que recebe e, querendo trabalhar em conjunto e do outro lado não ver respostas a tal, limita-se a cumprir o que está na lei, não tendo qualquer cariz pessoal. Apercebendo-se de que não é possível trabalhar em conjunto, terá que se revestir de uma pose mais formal e permitir que a assembleia de freguesia seja aquilo que, no seu entendimento enquanto presidente, seja o local

próprio para permitir evitar discussões que não sejam úteis, e deixar tempo para o público falar, porque é neste local que o podem fazer, não permitindo assim que as conversas se alonguem quando não são produtivas. Continuou afirmando que tal é possível comprovar na extensão das atas, que são mais longas no período de intervenção do público, sendo assim que deve ser, uma assembleia de freguesia para os fregueses. Considerou que não teve uma atitude ríspida, tendo apenas que impor regras e respeito para com a instituição que representa, e que assim continuará, dependendo a sua atuação do comportamento da oposição.

Miriam Gouveia questionou se haveria mais algum assunto a tratar, e Simone Cabrito interveio, expondo que relativamente ao pavilhão multiusos de Nandufe, queria saber se existe algum plano de intervenção a curto prazo, visto ter recebido informações de associações que utilizam de que choveria lá dentro. Sandra Almeida respondeu afirmativamente, dizendo que iria ser alvo de pinturas, arranjos nos sistemas de águas para eliminar as infiltrações, entre outros. O presidente Pedro Neves acrescentou que o CAL de Nandufe também iria ser alvo de uma intervenção nos mesmos moldes. Simone Cabrito expôs que é a infraestrutura mais utilizada da união de freguesias e questionou o porquê de a Associação do Carvalho e a da Ermida não terem o mesmo tipo de utilização e sugeriu que o pavilhão de Nandufe priorizasse as associações, e os outros dois fossem objeto de sugestão para particulares, em caso de conflito. Pedro Neves respondeu que esses dois edifícios apontados não pertencem à junta de freguesia, ao contrário do pavilhão multiusos, e que indicam sempre esses lugares, contudo não podem impor às associações a exploração para determinado fim.

III- Período de intervenção do público -----

A Senhora Presidente após ter questionado os presentes sobre quem se iria inscrever para falar dos assuntos de especial relevância para a união de freguesias de seguida tomou nota, registando os fregueses Jorge Rolo, Eduardo Pizarro, Francisco Coutinho, José António Matos, Paulo Fernandes e Joaquim Santos.

O freguês Jorge Rolo iniciou a sua intervenção, dizendo que as assembleias começaram a ter outro seguimento e educação do que havia sido, em tempos de estupidez e rebaldaria, e o próprio saúda tal facto. Prosseguiu, realçando que tinha visto muitas atividades, mas que não havia aparecido a Ribeira do Carvalho, tendo-se deslocado uns dias atrás, e o local estando um "perfeito nojo", palavras do próprio. Questionou o porquê de não se fazer a manutenção, bem como na Lage, dizendo que o Carvalho nada tinha melhor que aquelas obras. Continuou dizendo que havia quem não quisesse a manutenção dos espaços, havia quem tivesse ficado incomodado, que há pressões várias. Seguidamente, expôs a situação do baldio de São Cornélio, dizendo que mais dia menos dia haveria de voltar a ter placas, tendo tudo pronto para que as vacas entrem. Em seguida abordou os Pisões, mencionando que tem conhecimento de um ofício que a APA enviou para a Secretária de Estado, onde está dito que o Município assumiu o compromisso em relação à Central dos Pisões ao Museu da Eletricidade, tendo já sido cedido ao Município a custo zero, tendo consigo o dito ofício, e que tal é património de Nandufe e da freguesia, e que aí havia começado a eletricidade no concelho. Disse que a junta se não pressionar o Município, nada acontece, porque, "há interesses para não mexer uma palha naquilo", palavras do próprio, mas há quem queira que se avance

rápido com esse projeto, sendo uma das coisas que diz que não entende. Leu o término do ofício da APA na sua posse, sendo o seguinte, “tendo a Câmara Municipal de Tondela demonstrando junto da ARL do Centro um propósito de desenvolver a valorização de um projeto museológico no espaço da central hidroelétrica dos Pisões, num quadro de cooperação institucional com os serviços da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, encontra-se em análise a possibilidade de estabelecimento de um protocolo com a referida autarquia para a cedência a título precário do edifício da central dos Pisões para a referida pretensão”. Avançou, dizendo que este ofício o Município já tem conhecimento dele há muito tempo, e que a data do mesmo é de dois mil e vinte e um, e que a junta deve mostrar interesse pressionar a Câmara. Expôs a hipótese de se fazer um levantamento e uma manifestação para que o Município aja, senão “todos nós sabemos que não age nem faz nada”. Mirian Gouveia interveio dizendo que o assunto dos Pisões já havia sido falado na penúltima assembleia, e que à junta foi respondido que estava tudo sobre alçada do Município. Pedro Neves questionou Jorge Rolo da data exata, se seria Outubro de dois mil e vinte e um, e este analisou o documento, e afirmou que a data seria não 2021 como havia dito, mas cinco de maio de dois mil e vinte e dois. Pedro Neves continuou, afirmando que, no que diz respeito ao baldio, já têm grande parte das árvores para plantar em poder da junta, na Ermida, e que devido à estação não irão ser colocadas agora, mas que irão ser futuramente. Jorge Rolo disse que haveria solução e que existe um sítio onde se poderiam ir buscar gratuitamente milhares de árvores para aí colocar. Mirian Gouveia respondeu que as árvores já existem e que, sendo facto que já teria ido inúmeras vezes à assembleia referir que arranjava árvores, nunca houve qualquer informação formal com os detalhes para tal, e portanto teve que se recorrer a outras opções, porque as promessas de palavra nada valem se nada for feito. Jorge Rolo informou que o freguês Francisco Coutinho lhe estaria a dizer que o membro do executivo António Lopes saberia onde ir buscar as árvores. António Lopes disse que Francisco Coutinho se estava a referir a Lousada, e que essa solução não foi procurada porque, primeiramente a junta havia tido uma promessa de árvores para dezembro, contudo passou para janeiro porque o inverno havia sido grande, posteriormente não haveria transporte e transitou para fevereiro, e acabaram por chegar semanas antes da assembleia sobre o qual se lavrou esta ata. Por outro lado, as ditas árvores de Lousada são oferta, contudo o transporte para as ir buscar a Lousada não compensa a oferta. Desta forma, tendo havido de outro lado uma promessa de árvores que se concretizou efetivamente, passado da palavra, apenas tardia, já haveria solução, e serão plantadas para Outubro. Jorge Rolo retomou, dizendo que numa próxima assembleia gostaria de ver um ofício da Junta em como pressionou o Município sobre a central dos Pisões. Seguiu a sua intervenção voltando a frisar o que já havia dito em assembleias anteriores, que o programa era muito ambicioso, e que ainda faltava algum tempo até ao fim do mandato. Disse que lhe chamou a atenção o compromisso de apoiar a estratégia local de habitação definida pelo Município com o reforço da reabilitação urbana nas zonas históricas. Mirian Gouveia esclareceu que haviam tido uma reunião recentemente e que as ARU’s – áreas de reabilitação urbana, já existem mas que vão ser alargadas, e que estão a trabalhar nisso juntamente com outras juntas de freguesia e com a Câmara Municipal. Jorge Rolo dirigiu-se à presidente da assembleia, que tendo ela já morado na zona histórica, poderia ver que nesse local existem casas de cor verde, amarela, vermelha, e que indo a Santa Comba Dão ou Vouzela, houve planeamento nesse sentido. Acrescentou que o comércio dessa zona está extinguido. Mirian Gouveia respondeu que seria preciso que alguém compre e

queira reconstruir. Jorge Rolo retorquiu que a Câmara teria meios para tal, ao que Mirian disse que não era a junta, mas sim a Câmara. Jorge Rolo assentiu que a junta não pode construir casas. Mirian disse que ninguém na junta estaria a fazer de contas que não se passava nada, tendo havido recentemente uma reunião para isso.



O freguês Eduardo Pizarro começou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, querendo alertar para a questão dos funerais sem cortejo fúnebre, sabendo se seria possível alguém da união de freguesias, como representantes dos fregueses, abordarem o pároco nesse sentido. A presidente da assembleia Mirian Gouveia respondeu que já o tinha feito presencialmente. Eduardo Pizarro deu o exemplo de um funeral que havia ido recentemente, sentido-se vexado com o facto de pessoas que queriam ir a pé para o cemitério, incluindo os próprios bombeiros, que foram em marcha sozinhos sem o acompanhamento das entidades da Igreja, e de outros que ao chegarem ao cemitério por via pedestre, por não terem viatura própria, o enterro já havia terminado. Acrescentou que também ele próprio já havia abordado o padre e que este diz que, sendo a diocese dele, será ele a tomar estas decisões, o que Mirian comprovou como tendo sido esta também a resposta que obteve, com a justificação de que seria perigoso e passível de causar acidentes, e que teria que pedir a colaboração das forças de segurança para isso. Os presentes refutaram dizendo que em anos, tal nunca teria sido preciso e nunca teria havido acidentes em cortejos fúnebres. Eduardo Pizarro prosseguiu a intervenção, pedindo aos elementos da junta para pressionarem o Município ou diocese sobre a casa do senhor Reitor, que seria uma pena estar completamente abandonado. O membro do executivo Sandra Almeida afirmou que, pertencendo a infraestrutura à Igreja, nada poderia ser feito. Pediu por fim para a junta enviar um ofício ao Município sobre as árvores em Tondela, por não estarem em condições ou em locais desadequados. Terminou a sua intervenção, congratulando a união de freguesias pelo trabalho efetuado na Rua da Viscondessa. -----

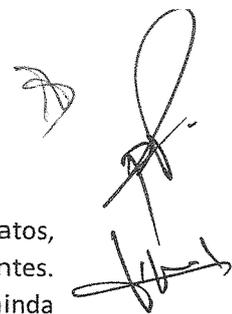
Seguidamente, tomou da palavra o freguês Francisco Coutinho, começando por cumprimentar os presentes. Citando a sua intervenção, "jamais pensei em voltar a uma assembleia de freguesia, mas depois do que me reportaram ter sido aqui dito, e depois do que ouvi na leitura da ata anterior, ficámos a saber que todos somos ingleses, e que o membro da assembleia Vítor Figueiredo nos chamou a todos ingleses, porque se o antigo executivo fez obras para inglês ver, dificilmente quem entra em Nandufe por onde entrou só se for cego é que não viu obras do antigo executivo. Sejam as lombas reductoras, sejam os tanques do ribeiro, seja a renovação da fonte, seja a cobertura do parque do forno comunitário, seja a reabilitação da praia fluvial. E deu-me algum gozo também enquanto ele passava algumas fotografias ver paisagens de obras do antigo executivo. Por outro lado, quando o freguês Jorge Rolo começou a falar sobre o baldio, uma obra do antigo executivo, e os Pisões, uma luta do antigo executivo, com várias idas a Lisboa ao Ministério do Ambiente e ao Ministério da Energia para chegar onde pretendemos chegar e que aquele património volte à freguesia de Nandufe. Mas perante isso vou prestar só alguns esclarecimentos: a ribeira do Carvalhal. Senhor Vítor Figueiredo, quando falar da Ribeira do Carvalhal, falar em praias como muitos falam, eu nunca prometi praia nenhuma, aquele vídeo que apareceu foi uma brincadeira de um presidente da assembleia de freguesia contra a minha vontade, um bocado eufóricos porque a obra calhou bem. Calhou tão bem que a dona Tânia Maneira aqui presente, membro da antiga bancada da oposição desta assembleia, do PSD, esquecendo-se vocês disso, propuseram numa assembleia de setembro de dois mil e dezanove no Carvalhal

um voto de louvor à junta de freguesia, nomeadamente à pessoa do seu presidente, pela construção daquela obra. O PSD propôs pela voz do Mário da Ermida. Há um voto de louvor na ata de setembro, façam o favor de ver, ao executivo da junta, o qual eu me orgulho de ter presidido, por proposta do PSD. Aquela obra foi feita porque as pessoas que fizeram lá casas não gostavam de viver ao pé da porcaria, onde havia lagartixas e ratazanas, onde desenterrámos dezenas de baterias de automóveis e de esqueletos de animais. E o pessoal do Carvalhal gostou tanto da obra ou não, perguntem ao senhor presidente da junta se gostou da obra, se foi ele ou não que persuadiu o pai a pintar as paredes todas de branco para a obra ficar melhor enquadrada, se foi ele ou não que curou os carvalhos para no dia da inauguração ter outra apresentação. Essa é que é a verdade. Leiam o Jornal de Tondela daquela altura, o que é que foi dito sobre a obra. E a obra correu bem durante um ano. Só que depois houve alguém, que também está nas atas, que nós fizemos queixas, quem a montante movimentou terras, fizemos queixa ao CEPNA, quem é que foi autuado, ameaçou e fez e destruiu a ribeira do Carvalhal. Depois com máquinas pesadas e camiões a mexer, é evidente e eu aceito que a obra tenha erros de construção e tenha ali um lapso qualquer que perde água. É só corrigir, penso eu. Mas as pessoas que vivem lá gostaram da obra. Houve um que me disse que eu lhe valorizei a casa em mais de dez mil euros. Porque há pessoas que não gostam de viver ao pé da porcaria. Assim como do outro lado, na eira, senhor Vítor Figueiredo, era um sítio medonho. Do lado esquerdo era feito um depósito de material de um construtor civil que eu não vou dizer o nome, e quem comprou a casa não queria aquilo ali, queria restaurar a casa e viver ao pé de uma coisa limpa e bonita. E do outro lado havia um diferendo, o sujeito que casou com a neta do senhor Valentim, punha três carros em cima da eira. Deu nos jornais, toda a gente sabe. Eu fui falar com um advogado, estudei o assunto, e foi a forma que nós encontrámos de valorizar aquele património do Carvalhal que não tem comparação com o que estava e evitar a polémica que lá havia. Nunca mais ninguém foi para lá fazer lixo, o homem nunca mais lá pôs os carros e é pacífico, toda a gente do Carvalhal gosta daquilo. Outra questão que eu lhe digo, os seis mil euros que eu gastei para recuperar o baldio, foram bem gastos. É o dinheiro justo que um advogado de Tondela me disse que os honorários estavam bem calculados, a doutora Mirian é do foro, pode calcular bem, o trabalho que deu as idas a Viseu, tardes no Arquivo Municipal e duas vitórias em duas instâncias, em Tondela e em Viseu. Vocês herdaram um baldio sem portão e sem vedação. Agora tem portão outra vez. Mas isso é um problema vosso, respondem vocês por isso. Agora eu com o restante executivo recuperámos um baldio que estava nas mãos de um privado. Não vale dinheiro? Só vale para quem o ocupou. Para essa pessoa, onze mil trezentos e cinquenta e sete metros quadrados têm valor, para as outras pessoas não tem. Mas para as pessoas de Tondela tem. E enquanto eu for vivo, nunca vou calar-me e deixar ninguém tomar conta daquilo senhor Vítor. Enquanto estes olhos virem, estarei sempre atento ao baldio. Nunca ninguém vai deitar a mão àquele património. Outra questão que o senhor referiu aqui prende-se com mil e quinhentos euros que eu dei por o mural aos cesteiros. No nosso programa, estava em relação de património, ao património imaterial, a cestaria de Nandufe. Só que já não fomos a tempo. Havia um cesteiro em Nandufe com noventa anos, o senhor João Marques, mais conhecido por João Patolas. Tentámos fazer-lhe uma festa de homenagem, só que veio a pandemia, as pessoas esquecem-se que no nosso mandato tivemos uma pandemia, e tivemos os incêndios de dois mil e dezassete. Tivemos um trabalhão enorme e estivemos parados muitos meses. E quisemos fazer uma homenagem ao senhor João Patolas e não conseguimos. Ele já não tinha paciência

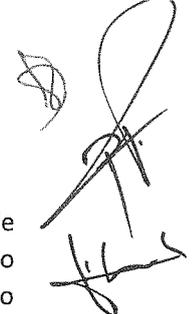
para ensinar ninguém, e ninguém queria aprender. Então a forma que encontramos de memorizar uma arte ancestral de Nandufe, com ideia do Zé António Matos, que me apresentou o artista, pagámos mil e quinhentos euros para pintar aquele mural que lá está.” Simone Cabrito expôs a opinião de que este valor seria algo “dado”. Continuando a intervenção de Francisco Coutinho: “os seis mil euros que o senhor deu a ideia que foi esbanjamento de dinheiro com a defesa do baldio e com os mil e quinhentos euros do mural, o senhor passou a ideia de nós sermos esbanjadores, mas eu quero dizer uma coisa senhor Vítor, nós fizemos o que no anterior mandato do PSD não fizeram e que no vosso também não fazem. É que os pobretanas Francisco Coutinho, Fernando Bandeira que estava a tempo inteiro na junta, e Carlos Ribeiro, nenhum de nós optou por receber o meio tempo, ao contrário do que acontece hoje. Nós deixámos de receber no nosso mandato vinte e tal mil euros, que dava para defender quatro baldios ou para fazer uma dúzia de murais. Portanto tenha cuidado com as palavras que utiliza. Muito obrigado.” António Lopes começou por responder, dizendo que a Ribeira do Carvalhal não está desleixada, porque no tempo em que se estava, corre lá muita água e não é fácil de limpar. Jorge Rolo interrompeu dizendo que não está em questão ser fácil de limpar, mas sim estar abandonada, desleixada e sem manutenção. Mirian Gouveia interveio dizendo que, já tendo sido falada numa anterior assembleia, era impensável limpar-se semanalmente, tendo em conta os custos que tinha a limpeza. Francisco Coutinho interrompeu dizendo que limpar três vezes por ano chegaria. António Lopes afirmou que isso não seria no Inverno. Jorge Rolo disse que não sabia, que seria quando tivesse que ser. António Lopes disse que quando a ribeira é limpa, o próprio anda a acompanhar, e quando o pessoal se descuida, a água já entra pelo interior do calçado. À data, estava a correr muita água, e tem que se deixar abrandar o caudal da água, para depois se fazer a limpeza. Acrescentou que a ribeira tem uns problemas de rotura, ainda desconhecida a localização, mas que não é pelo lado da estrada, pois há um caudal que aparece nas manilhas. Francisco Coutinho afirmou que há um dreno que foi feito para regar a relva toda. António Lopes questionou a localização da entrada da água nesse dreno. Francisco Coutinho disse que seria no muro ao lado dos degraus. António Lopes retorquiu dizendo que não havia ainda visto buracos aí. Francisco Coutinho expôs que existem os drenos por essa localização fora. António Lopes clarificou que esse dreno deveria andar um pouco mais alto ou então não ser aberto às manilhas, porque a água chega àquele nível, aparece nas manilhas e não enche. Francisco Coutinho exprimiu que estaria convencido de que seria pela árvore do lado direito que a água escoava. António Lopes disse que, por dentro das manilhas, a água aparece mais do lado esquerdo do jardim, um caudal que quando enche tem muita água, mas que quando o tempo aquece e o caudal é menor, ela não enche porque verte por ali. O próprio já foi tentar tapar a junta por onde está a verter, mas depois verte na seguinte. Continuou, dizendo que o muro de suporte das águas deve ter levado rachão e massa e assentado a pedra em cima, não devendo ter ido ao firme com betão, o que faz com que a água passe por baixo e apareça a gorgulão ao lado do buraco da descarga. Assim, a junta está a pensar abrir uma vala quando tiver menos água, tendo que se canalizar a água com tubos para se poder trabalhar e colocar betão, a ver se se consegue suportar o mais possível a água e assim encher. Francisco Coutinho disse que seriam oitenta mil metros cúbicos de água que estariam disponíveis para os bombeiros. António Lopes respondeu que, debaixo do cimento lá colocado, está cheio de lodo. Francisco Coutinho afirmou que tudo bem, ninguém faz obras perfeitas e que aceita que a ribeira do Carvalhal não é uma obra perfeita e que precisa de manutenção. António Lopes finalizou que a ribeira precisa de

uma intervenção com menos água, e que devido à construção, o problema de perda de água não irá ficar resolvido na totalidade. Relativamente à questão do baldio, António Lopes disse que ele tem uma vedação de rede atrás do terreno, mais dentro que o limite, atualmente. Recentemente, o pessoal deslocou-se até aí para limpar as giestas, e para outubro esperam iniciar a plantação das árvores. Francisco Coutinho questionou se o baldio não tinha portão. Mirian Gouveia interveio dizendo que noutra assembleia já havia sido dada a informação de que o presidente da junta Pedro Neves foi chamado ao Ministério Público, e o senhor procurador informou que não era para mexer em nada, apenas plantar quando houvesse árvores, e aí sim, se houvesse alguma intervenção, a junta teria que atuar. Reforçou que esta instituição não pode andar sobre as ordens ou indicações do cidadão, quando existem ordens expressas de uma autoridade. Francisco Coutinho refutou, dizendo que não teria sido bem isso. Mirian Gouveia questionou o porquê dessa afirmação, e se Francisco Coutinho teria estado presente na conversa com o senhor Procurador. Francisco Coutinho negou, mas informou que sabia, e que já tinha lido as declarações, e que sabia que num futuro próximo o presidente Pedro Neves haveria de ser chamado para prestar declarações. António Lopes informou que o portão permanece no local, mas não está a fechar nada, está aberto. Simone Cabrito disse que o baldio era propriedade "nossa", e que não tinha que ter portão. Mirian Gouveia contrariou, dizendo que o baldio não era nosso, da junta de freguesia, mas sim da população, comunitário, o que Simone Cabrito concordou, acrescentando que era uma terra muito importante para a freguesia, recordando um parecer em que foi concedida autoridade à junta para retirar um painel que havia sido lá colocado por terceiros, podendo fazer-se o mesmo com o portão. António Lopes sugeriu, à semelhança do que acontece na Ermida e Nandufe, a formação de uma comissão de baldios e ser esta entidade a tomar conta deles. Francisco Coutinho disse que teria que ser a comunidade da Estação a fazê-lo, e Jorge Rolo exprimiu a mesma opinião. António Lopes afirmou aos fregueses presentes interessados que seria uma boa oportunidade para a constituição dessa comissão, e fazer do baldio aquilo que realmente desejavam. Jorge Rolo respondeu dizendo que até isso não acontecer, é a junta que tem que tomar conta do baldio. Mirian Gouveia prosseguiu, e relativamente às questões até aí levantadas, no que disse respeito a uma intervenção do membro da assembleia Vítor Figueiredo numa reunião anterior, salientou alguns pontos: tratar-se-ia de uma questão de poder de encaixe, e não se estaria num tempo de campanha eleitoral de expressão do que se fez ou se deixou de fazer, no presente momento está o atual executivo, eleito democraticamente, a fazer e cumprir o projeto a que se propôs, estando a trabalhar nesse sentido. Acrescentou que haveria eleições precisamente para isso, para as pessoas votarem naquilo que entendem ser a sua vontade, e isso tem que ser respeitado. O que os outros ou não fizeram está no passado, e a política atual é a de que se há um assunto que o Ministério Público pode tratar a custo zero, a junta irá sempre optar por essa via, bem como a recorrer a prestações de serviços externos, dá-se primazia sempre a profissionais da união de freguesias. Prosseguiu, afirmando que estando num país livre, pode-se emitir opiniões relativamente àquilo que se entende ser bem ou mal feito e que, havendo contraditório, se a maioria tem poder de encaixe e de aceitar de forma educada e respeitadora as críticas que chegam à união de freguesias, também haverá poder de encaixe no sentido inverso. Questionou, por fim, se Vítor Figueiredo queria dizer alguma coisa relativamente à intervenção de Francisco Coutinho, ao que respondeu que sim, mas que iria respeitar a ordem de solicitação para falar, ficando assim para último.

Seguidamente, a presidente da assembleia deu a palavra ao freguês José António Matos, que agradeceu a possibilidade de tomar a palavra, cumprimentando todos os presentes. Mirian Gouveia solicitou alguma brevidade, justificando isso com o facto de haver ainda algumas inscrições e já a noite ir longa. José António Matos começou a sua intervenção questionando o executivo se já havia tomado conhecimento da delimitação da ARU para Nandufe, ao que o presidente Pedro Neves confirmou que sim. José António continuou, dizendo que lhe parecia que a delimitação de Nandufe teria sido feita a regra e esquadro no Google Maps, e que era uma aberração, parecendo-lhe um problema técnico, mas que o executivo deveria fazer alguma força para que fosse alterado e que seja uma ARU diferente, dado que Nandufe pertence à cidade de Tondela, sistémica, que cobrisse a totalidade e com as regalias que isso traz. Expôs que a união de freguesia detém alguns imóveis, nomeadamente em Nandufe, e que algumas dessas casas, como a casa do barbeiro e a casa da Alicinha, com o mínimo de obras, seriam utilizáveis para combater a falta de alojamento na zona, querendo lançar este repto no caso das ARU's. Prolongou a sua intervenção, focando-se na praia fluvial de Nandufe, perguntando ao executivo se têm previsto alguma coisa no que toca a obras de manutenção. O presidente Pedro Neves afirmou, dizendo que a junta vai tentando remediar a situação, porque da APA ainda não veio qualquer apoio. José António questionou também qual a estratégia de animação do local porque, segundo o próprio, excluindo São João do Monte, não haveria nenhuma praia fluvial com aquelas características. Acrescentou que evita fazer propostas em relação a isso porque acha que o executivo terá a sua opinião, e Pedro Neves refutou, dizendo que estão abertos a propostas, ao que José António respondeu que continua a ser um sonhador, ao querer que todas as pessoas trabalhem em conjunto. Sandra Almeida convidou o freguês a dar as suas propostas, sempre bem-vindas, e relativamente ao que havia falado sobre a casa da Alicinha, que não seriam com o mínimo de arranjos que aquilo iria ao lugar, pois o imóvel estaria a cair, o mesmo acontecendo com a casa do Barbeiro, ainda que em menor escala, tendo a união de freguesias até cedido uma sala para o pároco de Nandufe colocar alguns pertences da igreja, não estando em condições habitacionais. José António disse que deveria gente a viver em piores condições, e Pedro Neves respondeu que a junta não pode ser acusada de ceder habitações a pessoas, sem quaisquer condições de habitabilidade, sendo necessário um projeto em condições. José António deixou a indicação de aproveitar candidaturas futuras com o que já existe. Prosseguiu a intervenção, recordando um assunto da assembleia anterior, dos estrumes de aviário, apelidando o assunto de brincadeira, tendo dificuldades em compreender a questão. afirmou que teriam que ser os cidadãos a impor-se nesta questão e que, na semana corrente, se havia sentido um forte odor. Sandra Almeida questionou de que lado estavam os esterco, acrescentando que deveria ser do lado do Tojal Mau. José António disse que não só, que durante uma semana os montes de esterco permaneceram na parte dos baldios do Tojal Mau de Nandufe. Mirian Gouveia interveio, dizendo que teve o cuidado de, no início do ano ir ao Ministério Público com duas freguesas apresentar essa queixa e formalizar. Foi consultando o processo, tendo-se deslocado várias vezes ao tribunal para saber em que estado estava o processo, incluindo na presente semana, tendo averiguado que o senhor procurador havia arquivado o processo, não por sua iniciativa, mas porque pediu informação a diversas entidades como o CEPNA, GNR e à técnica de saúde sanitária da ACES e que ambos responderam que se deslocaram ao local e que nada encontraram. Mencionou que o próprio membro do executivo António Lopes viu a situação, sentiu o cheiro, contudo todos os técnicos, por falta de provas, arquivaram o processo. Daí,



expressou que de cada vez que houver cheiros, é imperativo apresentar queixa, para de novo se abrir o processo. José António Matos diz que se havia tornado impossível fazer refeições na varanda de sua casa, devido ao elevado número de moscas. Mirian Gouveia afirmou que efetivamente um elevado número de pessoas sentiu os fortes cheiros, e que é de estranhar os técnicos credenciados nada terem presenciado. José António Matos retomou, abordando a questão da abertura do portão dos Pisões, que está fechado. Disse que não tendo nada contra ninguém especificamente, mas que é uma questão de direito, de património do Ministério do Ambiente entregue à APA, e que transporta este assunto há mais de dez anos, salientando provas nos jornais locais, e que espera que não se esteja perante um direito de usucapião que leve a águas de bacalhau. Mencionou que alguém havia dito que o Município é responsável e que já tinha intervindo na assembleia municipal sobre esta questão. Perguntou em que ponto estaria o portão, se aberto ou fechado. Avançou para outro ponto, sobre um depósito de lixo, postes velhos, terra e pedras na Rua dos Fundadores. António Lopes disse que o mesmo acontece no campo de futebol, com muros de tijolo e pilares de betão. José António Matos respondeu que isso era um problema exclusivo do Município, por ter direito de superfície por trinta e cinco anos daquele espaço. O assunto primeiro seria da responsabilidade do vereador, que já lhe havia comunicado, e da junta de freguesia que tem o dever de limpar o espaço. Simone Cabrito interrompeu, dizendo que não saberia até que ponto o muro estaria seguro na parte de terra batida da Rua dos Fundadores, por estar encostado a um poste. Disse que apesar de ser um muro privado, a rua seria pública. José António Matos continuou, dizendo que, segundo indicações que recebeu, a presidente da Câmara Municipal havia-se deslocado recentemente àquela zona, para se proceder ao asfaltamento daquela zona, e que isso nada o ia ajudar, pois iria criar mais trânsito à sua porta. Abordou a questão da luminária naquele sítio, que disse que já havia sido prometida pelo vereador e pelo presidente da junta que iriam tomar medidas em relação a essa questão e que, à data, além da luminária estar apagada, arrancaram a lâmpada, mas que o problema não seria seu nem lhe importava. Acrescentou que as crianças, à noite, ao saírem dos balneários, encontram casais no escuro, ou indivíduos a fumar substâncias ilícitas, e que se a lâmpada lá estivesse metade dessas coisas seriam evitadas. Pedro Neves confirmou que já fora reportado imensas vezes essa situação. José António avançou na sua intervenção, mencionando a intervenção da junta nos terrenos dos baldios, através da construção de uma vedação. Questionou se haveria algum protocolo entre a união de freguesias e a comissão de compartes, ao que o presidente da junta respondeu que existe um protocolo que está feito. José António perguntou se seria possível ter acesso ao protocolo, e Pedro Neves respondeu afirmativamente. José António disse que a comissão de compartes está ilegal desde outubro de dois mil e vinte e dois e que ainda fez protocolos. Sandra Almeida comentou dizendo que as questões da legalidade seriam assunto da comissão de compartes. Pedro Neves questionou se a comissão de compartes estaria ilegal, e José António declarou que sim, desde Outubro de dois mil e vinte e dois, e que o presidente é o senhor José António Antunes. Pedro Neves questionou o porquê da ilegalidade da comissão de compartes e o membro da assembleia José Fernando Ferreira respondeu que isso teria que ser respondido pelo freguês José António Matos, já que tinha sido ele a levantar essa questão. José António disse que isso era outra questão, que não tinha que ir para aquela assembleia. Prosseguiu a sua intervenção, falando das cedências do pavilhão multiusos de Nandufe. Indicou que tinha conhecimento que havia sido pedido por algumas pessoas o regulamento ao executivo há vários meses, e que não tinha ainda



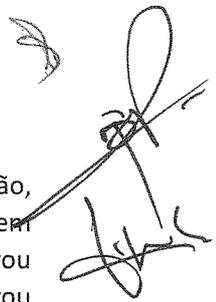
sido enviado. Disse que se há uma regra que diz que primeiro estão as associações de Nandufe, depois as da freguesia, as restantes, e por fim os particulares, esta atribuição tem que ser transparente, e deveria estar pública. Finalizou os seus pontos, felicitando o executivo, realçando a dedicação do membro do executivo António Lopes, vendo-o inúmeras vezes com a mão na massa, e que a limpeza de Nandufe no dia de Pascoela estava muito bem, devendo-se felicitar quem merece e quem o faz, havendo outros que não o fazem, pois ainda nesse dia havia passado noutras freguesias e nada teria a ver o trabalho feito. António Lopes respondeu dizendo que tentam sempre fazer o melhor. Sandra Almeida interveio, relativamente à questão das cedências do pavilhão multiusos, dizendo que é a própria que está a gerir a utilização da infraestrutura, sendo isso do conhecimento do freguês José António, e que a sua intervenção derivou da sua ligação à direção do Sporting Clube de Nandufe - SCN. Realçou que o que havia ficado estipulado com o presidente do SCN foi dois fins-de-semana por mês, de modo a dar a possibilidade a outras associações de usufruírem do espaço. Avançou que, sendo transparentes, o SCN foi sempre beneficiado em relação às outras associações, tendo tido sempre o espaço conforme a vontade da direção, e que a própria Sandra nunca fez questão de receber um mapa com dias definidos, pedindo apenas o aviso com antecedência dos dois fins-de-semana pretendidos, sempre se tendo entendido muito bem com o presidente da direção do SCN, tendo sempre chegado a consenso, nunca tendo havido problemas. Perguntou a José António se estaria respondido, e este anuiu negativamente, dizendo que não seria verdade o que estava a dizer. Sandra Almeida refutou, dizendo que sim, que era verdade. José António Matos continuou a negar a veracidade das suas palavras, dizendo que estava na qualidade de freguês e não como dirigente do SCN. Acusou Sandra Almeida de misturar assuntos e de tomar partidos. Sandra Almeida afirmou que já havia sido acusada por escrito por José António Matos de que tomava partidos, e que tal era mentira, e que não haveria qualquer necessidade de lavar roupa suja em praça pública. Mirian Gouveia interrompeu, pedindo a calma, e José António retorquiu, dizendo que teria direito de resposta, sendo-lhe concedido dois minutos pela presidente da assembleia. José António questionou o papel de Sandra Almeida na junta e no seu discurso, ao que Mirian Gouveia expôs uma clarificação de que as suas presenças nas assembleias são na qualidade executiva. José António disse que apenas havia pedido transparência, ao que foi respondido por Mirian Gouveia e Sandra Almeida que era isso que era feito. José António disse que era mentira, por o pavilhão ter sido dado a privados em detrimento das associações, por duas vezes. Sandra Almeida questionou quando isso teria acontecido. José António disse que não lhe conseguia dizer naquele momento, apenas mais tarde. Mirian Gouveia interrompeu dizendo que sendo uma assembleia, seria obrigatório o respeito. José António arguiu que o chamaram de mentiroso, e foi contrariado pela presidente da assembleia, que ninguém o tinha apelidado de tal, que apenas lhe tinham pedido provas do que estava a dizer, facto de seguida dito de novo pelos membros da assembleia Inês Cardoso e Tânia Maneira.

Seguidamente, Mirian Gouveia deu a palavra ao freguês Paulo Fernandes, que, retomando o assunto inicial, afirmou que já conhecia o presidente Pedro Neves há mais de quarenta anos, e que a sua intervenção em assembleias passadas foi sem qualquer intenção de o enxovalhar, mas que a assembleia estava a decorrer porque o freguês Joaquim Santos ainda estava a falar. Mirian concordou, dizendo que mesmo após ter encerrado a assembleia, na qualidade de presidente, o dito freguês ainda continuou a



falar, mesmo após esta ter abandonado o edifício. Paulo Fernandes disse que pretende que o assunto termine ali, mas que não aceita que digam que a assembleia tinha terminado. Mirian Gouveia afirmou que sim, que a assembleia já havia sido finalizada, e Paulo Fernandes negou.

De seguida, Mirian Gouveia deu a palavra ao freguês Joaquim Santos, que agradeceu, cumprimentando todos os presentes. Mirian Gouveia pediu alguma celeridade na intervenção. Joaquim Santos começou por dizer que queria recordar os presentes que se havia completado há dois dias atrás quarenta e nove anos do vinte e cinco de Abril, e que, sem isso, ninguém ali estaria. E que queria aproveitar esse facto para lamentar que, não sendo a junta de freguesia culpada, o Município não tenha feito nada para comemorar esse dia, não sabendo se havia hasteado a bandeira nacional nos Paços do Concelho. Mirian Gouveia disse que no dia seguinte iria haver assembleia municipal e que esse assunto deveria ser lá relatado, acrescentando que a junta de freguesia já havia sido visada o suficiente sobre esse assunto. Joaquim Santos disse que estaria a falar e que queria continuar. Mirian Gouveia respondeu que tal lhe é permitido, e que lhe está a responder, que a união de freguesias, quanto ao vinte e cinco de abril, havia sido visada numa intervenção feita no Facebook pelo próprio. Joaquim Santos questionou essa afirmação, dizendo que a presidente da assembleia estaria enganada. Mirian Gouveia negou o engano, realçando que se fosse desejo de Joaquim Santos, poderia mostrar-lhe provas de tal, e Joaquim Santos agradeceu. Continuou, dizendo que a junta de freguesia também é culpada por não haver comemorações do vinte e cinco de abril, e que deve ser caso único no nosso país, e como o Município não age, a junta de freguesia deveria reagir, e ser a vanguarda de algum acontecimento, como por exemplo o hastear simbólico da bandeira nacional com os membros da assembleia no edifício sede da união de freguesias. Prosseguiu, dizendo que tal facto é um horror, e que fica completamente indignado por isso acontecer no seu concelho. Finalizou este tópico, dizendo que havia querido fazer este aparte como introdução. Avançou para outro assunto, já falado por si, da questão do lixo nos tanques da Rua da Fonte Nova, que a junta de freguesia não pode resolver mas pode ser o motor. Acrescentou que no dia anterior foi colocar o lixo selecionado da sua habitação nos ecopontos do campo de futebol. Viu recentemente nos ecopontos da Fonte Nova dois camiões do Planalto Beirão sem perceber o que foram fazer, porque o lixo dos quatro contentores ficou lá na mesma. Ao momento, não sabe se esses contentores soterrados estariam cheios ou vazios. Pedro Neves informou que recebeu indicações que alguns desses contentores teriam lixo tóxico, como restos de obra. Joaquim Santos disse que isso não seria justificação. Acrescentou que foram lá colocadas placas indicativas por escrito e através de cores de como depositar o lixo, e que com certeza os cidadãos teriam culpa, mas que o próprio não tem culpa de que a situação esteja assim desde Outubro. Disse que, por acaso, a taxa de recolha do lixo não sofreu aumento, ao contrário da água e saneamento, e que não se importaria que a taxa de recolha do lixo subisse, porque para o que está, o custo não é pago, indicando que o Município nunca teve coragem de implementar um sistema de cobrança para isso, dizendo que isso foi proposto há muitos anos em assembleia municipal, mas que é politicamente incorreto tornar paga uma taxa que não existe e que isso trará custos eleitorais. Disse que naquele local não há mais onde colocar o lixo, que os contentores foram selados com plásticos pretos, posteriormente rasgados, e que se têm lixos tóxicos têm que ser retirados, porque é um atentado à saúde das pessoas. Afirmou que a junta de freguesia tem que falar com as entidades competentes



para resolver este problema. Retomou o ponto seguinte da sua intervenção, relativamente às ARU's, explicando que, encostada à sua habitação, tem duas casas em ruínas, na zona histórica de Tondela, onde diz que sabe que o Município comprou imóveis há dez anos, como a casa do senhor Zé Polícia, e que nunca fez nada. Reiterou que a Câmara Municipal não tem que fazer as casas, mas sim dizer às pessoas para vender ou fazer um projeto, considerando inadmissível a vergonha ali presente, tendo já informado a presidente do Município. Declarou que, sendo um território de responsabilidade da junta de freguesia, não no aspeto urbanístico, mas de limpeza e higiene, que algo deve ser feito, pois as ARU's já existem há mais de dez anos, e que nada foi feito. Pedro Neves respondeu dizendo que nada havia sido feito a nível nacional. Joaquim Santos deu o exemplo de Santa Comba Dão, cuja zona antiga tem um aspeto agradável, e que o único entrave para a cidade é o IMI, atribuindo a culpa ao anterior presidente desse Município. Por último assunto, introduziu que ao vir-se da Avenida ao Tom D'ela, para entrar na Rua da Fonte Nova, existe um degrau que está mal feito e prejudica a circulação com segurança. Disse que ao passar por ali, tem que parar o seu carro para passar uma roda de cada vez, senão a estrutura bate no chão. Comunicou que tal havia sido feita numa época de El Dorado em Tondela, que haveria dinheiro para tudo quando o país estava em crise, considerando que estaríamos agora a pagar por isso um milhão de euros todos os anos.

Por fim, Vítor Figueiredo tomou a palavra. Começou por dizer que, relativo a um assunto falado pelo freguês José António Matos, de que já havia sido pedido o regulamento do pavilhão multiusos de Nandufe diversas vezes, que tal não seria verdade assim. Mencionou que o membro da assembleia Carlos Ribeiro havia falado no regulamento, que existia, em assembleias anteriores. Vítor fora questionar o funcionário da junta de freguesia, João Marques, sobre o dito regulamento que Carlos Ribeiro dissera que haviam feito e deliberado em assembleia, e a resposta do funcionário foi "Boa tarde Vítor, envio em anexo a ata sessenta de dois mil e dezassete, que delibera sobre a utilização do multiusos de Nandufe", ou seja, não existe qualquer regulamento feito e escrito. Vítor Figueiredo abriu o anexo da dita ata feita na altura pelo anterior executivo, no parágrafo que aborda o pavilhão multiusos de Nandufe, que mostra que não existe regulamento feito, contrariamente ao que foi dito. Vítor Figueiredo pediu esclarecimentos a Carlos Ribeiro sobre se existe ou não o regulamento feito, e este respondeu que essa deliberação foi a assembleia. Vítor Figueiredo confirmou a deliberação, conforme a ata, mas diz que não foi criado regulamento. Disse que os vários regulamentos dos espaços, carrinhas, entre outros, já estão criados, mas ainda não houve oportunidade de aprovação. O freguês Francisco Coutinho interveio, confirmando que não existia qualquer regulamento da utilização do pavilhão multiusos de Nandufe. Mirian Gouveia interveio dizendo que a regulamentação carece de regras especiais, não bastando ir a assembleia, tem um procedimento complicado de se fazer. Vítor Figueiredo prosseguiu, agradecendo a Carlos Ribeiro a cordialidade, e o facto de se poder conversar e expor as suas opiniões sem rispidez, palavras utilizadas por Carlos em relação à atitude da presidente da assembleia, que Vítor Figueiredo considerou que rispidez foi o que não faltou na assembleia, visando-o principalmente a si. Falando de vencimentos, declarou que nada recebe, e uma vez que o freguês Francisco Coutinho havia tocado essa questão, em que frisou que trabalhou muito e nada recebia, o que não nega, o mesmo acontece consigo. Relativamente à intervenção objeto de discurso do freguês Francisco Coutinho, questionou este se havia estado presente nessa



assembleia, ao que este respondeu que não. Vítor Figueiredo disse, então, que as pessoas que haviam contado a Francisco Coutinho o que Vítor havia falado, acertaram nos sítios que mencionou. Não descreveram foi bem o teor e porquê da intervenção. Realçou que ficou um pouco tocado por Francisco Coutinho não ter tido essa conversa pessoalmente com ele, porque considera que existe à-vontade para tal, independentemente de a vir ter à assembleia, que é um direito que lhe assiste. Frisou que a sua intervenção veio no sentido de que o atual executivo da junta havia sido apontado no sentido de perceber se o website havia ou não sido lucrativo o investimento, bem ou mal empregue o dinheiro gasto, e a sua intervenção veio em resposta a essa questão colocada, pois o website havia dado muito trabalho a concretizar e a manter. Carlos Ribeiro interrompeu dizendo que não teria sido isso que tinha sido questionado. Mirian Gouveia e Inês Cardoso refutaram, confirmando a declaração de Vítor Figueiredo. O membro da assembleia Clara Coimbra confirmou a ideia de Vítor Figueiredo, que sim, o grupo parlamentar da oposição havia questionado o custo benefício da construção do website. Vítor Figueiredo prosseguiu, mostrando partes da sua intervenção, citando “desde que foi feita a ribeira do Carvalhal, quantas pessoas lá foram tomar banho? Terá sido um investimento rentável? Terão que se contabilizar as operações de limpeza a realizar-se no local.” O freguês Francisco Coutinho interrompeu dizendo que poderia responder a essa questão. Vítor Figueiredo aí justificou a sua intervenção, com o facto de o grupo parlamentar do PS ter questionado a rentabilidade do website, reiterando que não seria nada contra Francisco Coutinho, e este respondeu dizendo que naquele dia havia-se deslocado à assembleia por uma questão pessoal. Vítor Figueiredo frisou que Francisco falou, questionou e nomeou, na sua intervenção, a sua pessoa, por diversas vezes e Francisco Coutinho disse que apenas quis repor a verdade. Mirian Gouveia declarou que não se trataria de uma questão de reposição da verdade, mas sim de opção, que uns optam por um determinado tipo de obras, e outros por outras. Francisco Coutinho questionou se as perguntas presentes na intervenção de Vítor Figueiredo seriam perguntas para uma intervenção de assembleia. Mirian Gouveia respondeu dizendo que são isso mesmo, perguntas, tal e qual como as que foram feitas sobre o website, e que em democracia é necessário ter poder de encaixe, dizendo que Vítor Figueiredo não teria que justificar a sua escrita. Francisco Coutinho, relativo a uma frase da intervenção de Vítor Figueiredo, que diz “brincadeiras à parte”, afirma que aquele não é sítio para brincar, já foi em tempos quando era infantário, mas agora era uma assembleia de freguesia. Mirian Gouveia dirigiu-se a Francisco Coutinho, dizendo que todos os presentes sabem que seria uma assembleia de freguesia, que teria uma presidente, que já havia sido acusada de rispidez por fazer cumprir a lei, e que assim prosseguirá, declarando que a intervenção de Vítor Figueiredo é um direito democrático que lhe assiste, e que resultou de algo que foi questionado de forma dúbia, e que, estando democracia, as opções são diferentes, daí os atuais membros terem sido eleitos. Vítor Figueiredo avançou que qualquer trabalho que teria sido feito anteriormente ou feito no presente, não pode ser posto em causa se é rentável ou não, porque nunca será, porque não se está numa empresa, a ganhar dinheiro sobre as obras, mas sim para servir as pessoas, sendo isso que quis realçar na sua intervenção. Francisco Coutinho respondeu que Vítor Figueiredo havia sido eleito para fazer cumprir o programa e não discutir o que está para trás, sendo esse o motivo que o trouxe à assembleia. Mirian Gouveia respondeu que, dado o que foi dito por Francisco Coutinho, os atuais membros do grupo parlamentar do PS estão constantemente a falar do que foi feito no executivo anterior. Clara Coimbra e Simone

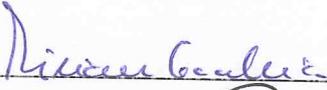
Cabrito questionaram a afirmação de Mirian, dizendo que não haviam pertencido ao anterior executivo. Carlos Ribeiro interveio dizendo que as obras já haviam sido postas em causa várias vezes, até pela presidente da assembleia. Mirian Gouveia afirmou que as pessoas, sendo eleitas, são sujeitas a escrutínio, como os membros passados foram e os atuais têm de ser. Carlos Ribeiro disse que não teria sido o grupo de oposição a começar com o escrutínio. Mirian Gouveia disse que a oposição não poderia atacar constantemente, e não quer receber resposta. O membro da assembleia Tânia Maneira confirmou que na presente assembleia também sofreu do mesmo escrutínio, sem ter estado presente na dita assembleia, e Francisco Coutinho negou, dizendo que, relativamente à sua intervenção, Tânia Maneira havia estado como membro da assembleia, o que esta voltou a negar. Mirian Gouveia decretou silêncio, não admitindo interrupções. Acrescentou que numa assembleia as pessoas são livres de falar, e que haviam sido acusados numa página do Facebook de que a junta teria um antes e depois do vinte e cinco de abril, presumindo a acusação de fascistas, no entendimento dos autores, mas que isso não corresponde à verdade, que se trata de um órgão democrático para ser cumprido.

Mirian Gouveia deu a última informação da assembleia, de que no seguinte dia cinco de maio haveria uma reunião da comissão das festas da Mata, alargando o convite a todos os presentes.

Joaquim Santos interveio dizendo que já se lembraria do que tinha publicado, e Mirian respondeu dizendo que este a havia chamado de fascista. Joaquim Santos negou, dizendo que às pessoas que conhece, se quer chamar de fascista, o faz pessoalmente. Mirian Gouveia refutou, questionando quem teria feito a obra da iluminação da Igreja Matriz, que Joaquim Santos havia escrito que tal aconteceu quando, citando, "Abril passou por Tondela, hoje tudo fazem para que seja esquecido". Joaquim Santos questionou Mirian Gouveia o que teria a dizer da junta de freguesia anterior ao mandato de Francisco Coutinho. Mirian respondeu que isso não seria assunto com o atual executivo. Joaquim Santos reiterou que na Câmara Municipal nunca tinha havido vinte e cinco de abril. Mirian Gouveia declarou que na atualidade, naquele local e instituição, existia, dando direito ao contraditório e poder de encaixe para ouvir as críticas, e que os simpatizantes e oposição terão que aceitar que o atual executivo foi eleito, tem um programa eleitoral e irá cumpri-lo, e irão conseguir. Joaquim Santos terminou dizendo que a atual junta tem que provar que o vinte e cinco de abril existe.

Não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada esta reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia



O Secretário



Legend